

# Entrevista • Ronald da Silva Balbe<sup>1</sup>

---

Ronald da Silva Balbe é Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU), com carreira consolidada na administração pública federal e forte atuação nos temas de governança, auditoria interna governamental e modernização do controle. Sob sua liderança, a SFC tem aprofundado iniciativas de inovação, integração entre órgãos de controle e o aprimoramento das práticas de auditoria em sustentabilidade, consolidando a instituição como referência nacional na orientação técnica das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIGs) das empresas estatais. Reconhecido pela capacidade de articulação institucional e pela defesa de uma auditoria interna estratégica, Balbe tem contribuído para fortalecer mecanismos de integridade, gestão de riscos e transparência no setor público.

No evento, Ronald teve participação ativa na condução dos debates: abriu o evento com uma palestra voltada ao papel do controle interno diante da emergência climática, encerrou o primeiro dia com reflexões sobre o futuro das auditorias em sustentabilidade e retornou ao palco no encerramento do Fórum, destacando os compromissos institucionais assumidos pelas estatais e pela CGU para o fortalecimento da atuação das auditorias internas. Sua presença ao longo de todo o evento reforçou a posição da CGU como protagonista na construção de uma agenda integrada de governança, sustentabilidade e valor público.

---

**O evento reforçou a necessidade de uma atuação mais qualificada das Auditorias Internas em temas socioambientais. Então, qual a principal razão para as auditorias entrarem nesta temática?**

---

A contribuição das auditorias internas, assim como de qualquer organização ou pessoa é fundamental neste momento de grande relevância para as próximas gerações. Agir agora é o mínimo que podemos fazer para uma profissão que sempre se coloca para atuar preventivamente.

Então, se estamos realmente próximos do “ponto de não retorno” em termos de sustentabilidade climática, a auditoria interna precisa se preparar e demonstrar ações que contribuam, em alguma medida, para que o planeta não atinja o limiar crítico, quando as mudanças se tornam irreversíveis.

Se temos *expertise* em atuar baseados em riscos, sejam eles legais, operacionais ou etc, temos que ter coragem para enfrentar as resistências que porventura existam. Os anos de 2023 e 2024 foram os anos mais quentes já registrados. Nessa linha, existem projeções para derretimento de geleiras ou o colapso da floresta amazônica nas próximas décadas se as medidas de contenção e de adaptação climática não forem adotadas. Logo, o Fórum cumpriu a missão de pautar o tema no nosso ecossistema a fim de ampliar a necessária discussão.

---

**Quais foram as principais discussões e descobertas do evento que o senhor considera mais relevantes para a auditoria interna no contexto da sustentabilidade?**

---

A descoberta é que muitas ações estão sendo adotadas. Foram muitos os exemplos de sucesso das organizações que auditamos. Observamos também trabalhos de auditoria que demonstram avaliações críticas que demandam providências, o que por si só já cria uma expectativa positiva no impacto e resultados decorrentes nas ações que estão por vir.

Ademais, considerando que estamos inseridos no setor público, temos que lembrar que as empresas estatais foram e serão fundamentais para o desenvolvimento de diversos setores econômicos, logo, são também imprescindíveis para alavancar a conscientização sobre o tema e a adoção de medidas efetivas de combate ao desmatamento e outros elementos que prejudicam a nossa sobrevivência.

Ouvimos no evento, havia no passado recente uma diversidade de padrões, métricas e estruturas dos relatórios sobre sustentabilidade, porém os novos regulamentos facilitam a linguagem e a compreensão dos investimentos e custos sobre o tema. A Lei nº 13.303/2016 consolidou a exigência do relatório integrado para estatais, acelerando sua adoção no Brasil. O experimento começou no Ministério da Fazenda, que reduziu o relatório anual de 1719 para 178 páginas.

---

1. [ronald.balbe@cgu.gov.br](mailto:ronald.balbe@cgu.gov.br)

Essa mudança não reduz o papel dos auditores, pelo contrário, passa a exigir cada vez mais, pois as informações sumarizadas demandam a avaliação mais eficiente dos controles internos.

Vimos também que essas verificações têm se tornado mais complexas. Afinal, assegurar que as informações sobre redução de gases e a aquisição de créditos de carbono não é exatamente algo tão concreto quanto certificar se o patrimônio de veículos existe e se está sendo corretamente depreciado.

**O evento reuniu auditores, conselheiros, formuladores de políticas públicas e pesquisadores. Na sua visão, qual é o papel de uma abordagem colaborativa para enfrentar os desafios de auditoria em um cenário de mudanças climáticas e qual foi o impacto dessa troca de experiências para os participantes do evento?**

R: Hoje em dia, auditor não trabalha sozinho nem quando está escrevendo um relatório, pois o arquivo pode estar sendo compartilhado e analisado on-line e em tempo real. Nós estamos sempre interagindo, por isso, é inegável que a abordagem colaborativa é o elemento central do nosso ambiente. Precisamos do outro, sejam eles os gestores, os agentes operacionais, os conselheiros. Isso se deve inclusive à raiz etimológica da palavra auditoria, derivada do latim “audire”, que significa “ouvir”.

Então, a troca foi muito positiva, conseguimos inclusive expandir o próprio tema para algo bem pragmático e do mesmo modo desafiador, quase dogmático. Falamos sobre a sustentabilidade financeira das estatais, a começar pelas finanças públicas de forma geral e as preocupações com os fundos de pensão e aposentadorias.

Esses e outros temas do mundo da auditoria pública precisam se conectar urgentemente com outros setores da sociedade. Ainda que por meio das próprias empresas, o debate mais ampliado pode construir uma base de sustentação mais sólida.

**Qual a mensagem que a SFC pode deixar para os auditores internos das empresas estatais em seu papel de atuação sobre os macroprocessos das empresas estatais nas temáticas de sustentabilidade e enfrentamento aos desafios das mudanças climáticas ?**

Podemos deixar uma mensagem de otimismo moderado, que é bem diferente do “otimismo comodista”, ou seja, aquela pessoa que espera por resultados positivos ou favoráveis sem tomar as ações necessárias. Queremos e precisamos de auditores com es-

pírito arrojado no nível que nossa profissão permite.

Nesta área de crise ambiental, forjar o otimista cauteloso deve ser a nossa meta. Esperamos um futuro positivo, mas com a plena consciente de que existem desafios e riscos a serem considerados.

Temos bagagem suficiente para aportar nesse debate, reconhecendo avanços possíveis e oportunidades a serem criadas, porque não cabe a nós nem a ninguém “sentar e chorar” enquanto o destino ainda está em nossas mãos.

Como a auditoria interna tem atuação abrangente, pode se envolver com todas as áreas da empresa, ainda que limitado ao seu planejamento de médio e longo prazo, espera-se que os auditores consigam interagir ao máximo com os diversos setores das empresas. Esse procedimento deve abranger não somente as ações previamente programadas sobre os setores que tratam da sustentabilidade e enfrentamento aos desafios das mudanças climáticas, mas influenciar cada vez mais a conexão entre estes e os outros setores.

**Podemos esperar iniciativas semelhantes, como novas edições do Fórum de Auditoria em Sustentabilidade e Mudanças Climáticas das UAIGs de Empresas Estatais? Quais são as suas expectativas?**

O Fórum foi um enorme sucesso, esperamos repetir a dose no próximo ano, talvez combinando essa temática com outros pontos que poderão surgir inclusive na COP-30 em Belém.

De partida, entendo como algo extremamente importante seria amarrar a sustentabilidade à inclusão social e por que não, à participação social e ao acesso à informação, afinal, mesmo as empresas com capital aberto têm capital estatal, logo podem nos ajudar a cumprir aquela máxima de que “O acesso à informação pública é o complemento ao voto”.